

**1º CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS NA CLASSE INICIAL DA  
CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

**1986**

**1ª PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**1ª QUESTÃO: (20 pontos)**

A sentença concessiva ou denegatória de mandato de segurança faz coisa julgada material?

**2ª QUESTÃO: (20 pontos)**

Numa ação que B moveu contra o Município, logrou ele vitória em parte. O juiz determinou a remessa dos autos à Segunda Instância. Não houve recurso de nenhuma das partes. No segundo grau, deu-se pela improcedência da ação, por maioria. B ofereceu embargos, pretendendo prevalecesse o voto vencido, que confirmava a sentença de Primeira Instância. Emita opinião quanto ao cabimento dos embargos.

**3ª QUESTÃO – VALOR: 20 (vinte) pontos**

Numa ação, 75 servidores municipais pediram enquadramento, como médicos, com apoio em lei que os beneficiava. Transitada em julgado a decisão e lançado o “cumpra-se”, verificou o Município que 5 (cinco) dos autores não haviam outorgado procuração ao advogado que patrocinara os demais autores. Por outro lado, 4 (quatro) não são formados em medicina, mas sim nutricionistas. Ao juiz da causa e ao Tribunal, bem como ao representante da Prefeitura, passaram despercebidos os aspectos acima mencionados, embora prova existisse nos autos. Informe ao Procurador-Geral as providências judiciais que adotará para liberar o Município dos efeitos da sentença, no pertinente a esses 9 (nove) servidores, inclusive para impedir que os 4 (quatro) que não são médicos venham a ocupar desde logo os cargos.

4ª QUESTÃO -VALOR: 20 (vinte) pontos

A, marido de B, com quem é casado pelo regime dotal, moveu contra C, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, ação de despejo relativamente ao imóvel x, que se integra no dote, situado na cidade de Petrópolis.

C defende-se, alegando que a ação teria de ser ajuizada em Petrópolis e também invoca a existência de coisa julgada, pois B, ainda quando solteira, formulara demanda idêntica, rejeitada por decisão trânsita em julgado.

A seu ver teria procedência o argumento quanto à questão do foro? E o concernente à coisa julgada? Justifique sua opinião, nas duas respostas, indicando os dispositivos legais pertinentes.

5ª QUESTÃO: VALOR: 20 (vinte) pontos

- Dê exemplos de:

- a) litisconsórcio necessário simples;
- b) litisconsórcio necessário unitário;
- c) litisconsórcio facultativo simples;
- d) litisconsórcio facultativo unitário.

- Explique porque apontou cada um dos casos.

**2ª PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – DIREITO ADMINISTRATIVO**

1ª QUESTÃO – VALOR: 20 (vinte) pontos

Caracterize os integrantes do suporte fático do ato administrativo quanto aos planos da existência jurídica e da validade.

2ª QUESTÃO – VALOR: 20 (vinte) pontos

- Durante a execução de um contrato de prestação de serviços de trato continuado, a Administração descobre que ocorrera fraude na licitação. Quais

as providências que você aconselharia fossem adotadas, com a respectiva fundamentação jurídica?

3ª QUESTÃO – VALOR: 20 (vinte) pontos

- A Secretaria Municipal de Saúde, buscando diminuição de custos e maior eficiência, propõe que seja atribuído a uma empresa privada, mediante contrato, o exercício da fiscalização de alimentos. Essa atividade, a empresa exerceria através de seus próprios empregados, impondo multas, procedendo a apreensão e destruição de mercadorias, e concedendo o licenciamento de estabelecimentos, tudo de acordo com as normas e regulamentos editados pela municipalidade.

Indaga-se:

1. Consultado pelo administrador, qual seria o seu parecer e conselho?
2. Justifique e fundamente.

4ª QUESTÃO – VALOR: 20 (vinte) pontos

Um parcelador obteve, em janeiro de 1979, aprovação, pela Prefeitura, de projeto de loteamento que, apresentado ao competente registro imobiliário, foi objeto de dúvida suscitada pelo respectivo oficial.

Como a questão registrária não estivesse resolvida até a entrada em vigor da lei nº 6.766, de 29.12.1979, a Prefeitura determinou que o projeto obedecesse às exigências da lei nova. Recorrendo administrativamente desta decisão, o parcelador alegou a existência de impedimento judicial e de direito adquirido a lotear a gleba segundo os critérios da legislação aplicável ao tempo da aprovação do PAL.

Qual seria, justificadamente, seu parecer a respeito?

5ª QUESTÃO – VALOR: 20 (vinte) pontos

Considerada a legislação vigente, responder, fundamentadamente e de forma conclusiva, às indagações abaixo. Após, colocar doutrinariamente, sobre

os mesmos temas, as soluções que considera socialmente corretas, e que estabelecerá se fosse o legislador:

a) a participação pacífica em greve pode resultar em rescisão por justa causa ou em outra penalidade imposta pelo empregador ao empregado?

b) É admitido ou proibido o “lock-out”?

c) É permitida a greve em atividades essenciais, quando motivada pela falta reiterada de pagamento dos salários nos prazos previstos em lei?

d) Considera-se greve a diminuição do ritmo normal de trabalho sem cessação da atividade?

### **3ª PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – DIREITO CONSTITUCIONAL**

#### **1ª QUESTÃO – VALOR: 20 (vinte) pontos**

O Município tem competência para desapropriar imóvel rural? Justifique a resposta, esclarecendo, assinaladamente, os aspectos relativos ao sujeito ativo, ao objeto e a causa da desapropriação nessa hipótese.

#### **2ª QUESTÃO – VALOR: 20 (vinte) pontos**

O Prefeito encaminha consulta à Procuradoria, indagando, à vista do que dispõe os arts. 15, II e 108, caput, da Constituição Federal, e arts. 160, III, e 212, II e III, da Constituição do Estado, se o que determina o art. 19 da Lei (federal) nº 7.493, de 17 de junho de 1986, que estabelece normas para a realização de eleições em 1986, pode alcançar a Administração Direta, assim como as Autarquias, as Sociedades de Economia Mista, as Empresas Públicas e Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, do Município.

- Reza a citada disposição legal:

“Art. 19: são vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada e nenhum direito para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre a

publicação desta lei e o término do mandato do Governador do Estado, importarem em nomear, contratar, exonerar ex officio ou dispensar, transferir, designar, readaptar servidor público, regido por Estatuto ou pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, ou proceder a quaisquer outras formas de provimento na Administração Direta e nas Autarquias, nas Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público, (VETADO) dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou Territórios.

§ 1º - Excetua-se do disposto neste artigo:

I – nomeação de aprovados em concurso público ou de ascensão funcional:

II – nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de função de confiança;

.....

Solicita, ainda, o Prefeito que, no caso de concluir a Procuradoria pela inconstitucionalidade das normas transcritas, no que respeita aos Estados e Municípios, sejam indicadas as providências que caberia adotar. Como você, se manifestaria?

3ª QUESTÃO – VALOR: 20 (vinte) pontos

- Decreto-lei editado pelo Presidente da República e aprovado pelo Congresso Nacional institui empréstimo compulsório a ser cobrado no mesmo exercício em que criado. RESPONDA, JUSTIFICANDO: é constitucional tal imposição tributária à luz dos princípios da legalidade e da anterioridade?

4ª QUESTÃO – valor: 20 (vinte) pontos

O Ministro da Justiça solicita à Procuradoria Geral da Justiça do Estado, o oferecimento de Representação ao Tribunal de Justiça, nos termos da alínea 'd', do parágrafo 3º, do artigo 15, da Constituição Federal, como forma de prover a execução de lei federal, que estaria sendo impedida por decreto do

Poder Executivo Municipal cujas disposições seriam conflitantes com as daquela. Pergunta-se:

a) Está o Ministério Público obrigado a formular a representação?

b) É cabível, para o fim pretendido, a referida representação?

- Responda, justificadamente, as indagações.

#### 5ª QUESTÃO – VALOR: 20 (vinte) pontos

O Prefeito pretende promover uma reforma administrativa na Secretaria Municipal de Educação. Na aludida reforma, o ensino de primeiro grau será de responsabilidade de duas instituições distintas: o ensino de primeira à quarta séries permanecerá sob a égide da própria Secretaria; o de quinta à oitava séries será ministrado pela Fundação Educacional do Município. A mensagem do Executivo à Câmara dos Vereadores, em sua exposição de motivos, informa que, visando à melhoria salarial do pessoal do magistério, será cobrada, aos alunos do segundo segmento do primeiro grau, uma taxa mensal equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo. Pergunta-se, à luz da Constituição Federal e da legislação vigente: É constitucional a reforma pretendida? É possível a cobrança do ensino de primeiro grau pela Fundação Municipal? FUNDAMENTE AS RESPOSTAS.

#### **4ª PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – DIREITO CIVIL E COMERCIAL**

##### 1º QUESTÃO: (10 PONTOS)

Diante da falência do emitente da nota promissória, quais as conseqüências da quebra em relação aos coobrigados e quanto a terceiros?

Fundamentar a resposta.

2º QUESTÃO: (10 PONTOS)

O que é uma obrigação alternativa? Em que consiste a concentração da obrigação alternativa e quais as suas conseqüências?

Fundamentar a resposta.

3º QUESTÃO: (30 PONTOS)

Três grupos empresariais pretendem constituir uma sociedade anônima, cujo objeto é a implantação de uma fábrica de relógios industriais. O Grupo NOBRE conta com recursos financeiros, o Grupo TAKANO dispõe da tecnologia e o Grupo DRUMKER tem acesso aos mercados externos, para onde a produção será exportada.

Assim, desejam que a sociedade, embora com a participação majoritária do Grupo NOBRE, tenha, no seu Conselho de Administração, que será de 6 (seis) membros, 2 (dois) conselheiros de escolha do Grupo TAKANO e 1 (um) conselheiro de escolha do Grupo DRUMKER.

A sociedade precisa de um capital de Cz\$100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), dos quais o Grupo NOBRE ingressará com Cz\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de cruzados), o Grupo TAKANO com Cz\$10.000.000,00 (dez milhões de cruzados) e o grupo DRUMKER com Cz\$5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados).

Analise as possibilidades oferecidas pelas ações preferenciais, pelo voto múltiplo, pela preferência política e pelo acordo de acionistas, e, depois dessa análise específica e comparativa, proponha a melhor maneira de resolver a questão.

Fundamentar a resposta.

4º QUESTÃO: (20 PONTOS)

CAIO toma, por empréstimo, ao BANCO AUSTRAL S/A, a importância de Cz\$200.000,00 (duzentos mil cruzados), a ser paga em 10 (dez) prestações mensais, a juros de 1% (um por cento) ao mês. Passados 4 (quatro) meses, o

mutuário pretendeu antecipar o pagamento do saldo devedor, recusando-se o credor a receber, sob a alegação de que as partes haviam avençado a liquidação da dívida em 10 (dez) parcelas.

A quem cabe razão?

Fundamentar a resposta.

#### 5º QUESTÃO: (30 PONTOS)

HOTELARIA E TURISMO SATUR S/A contratou a empresa GUANABARA CONSTRUÇÕES LTDA., como empreiteira geral, para a construção de um hotel de padrão turístico internacional, ajustando as partes que a execução se faria conforme programado.

Seis anos após a entrega da obra, surgiram erupções generalizadas na fachada da edificação, verificando-se pericialmente que ditos defeitos resultaram do insuficiente cobrimento do concreto sobre as ferragens e não afetavam, em princípio, a segurança e solidez do prédio.

Apurou-se, ainda, que o mencionado cobrimento, tal como executado, estava previsto no projeto elaborado pelo arquiteto.

Examinar os eventuais direitos da dona da obra em face da empreiteira geral, do arquiteto e da empresa de fiscalização, fundamentando cada qual das conclusões.

### **5ª PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – DIREITO TRIBUTÁRIO**

#### 1ª QUESTÃO – VALOR: 20 (vinte) pontos

Para atender aos gastos resultantes de aumento de vencimento do funcionalismo municipal, o Secretário de Fazenda propôs ao Prefeito a expedição de Decreto, aumentando, a partir da data da sua publicação, as

alíquotas do ISS (imposto sobre serviços), para valores superiores aos máximos previstos no Ato Complementar nº 34, de 30 de janeiro de 1967.

Analise a proposta, fundamentadamente, inclusive com indicação dos dispositivos legais e/ou constitucionais pertinentes.

### 2ª QUESTÃO – VALOR: 20 (vinte) pontos

Uma empresa de transportes de passageiros, estabelecida no Município “x”, vinha recolhendo o ISS, calculado sobre seu faturamento mensal (movimento econômico). O valor do imposto pago aumentava os custos gerais da empresa, sendo lançado em conta de resultado, redutora de seu lucro.

Posteriormente, verificando que incluía em seu movimento econômico oferecido à tributação o valor de serviços de transportes de pessoas realizados entre os Municípios da mesma região metropolitana estabelecida em lei, a empresa ingressou em juízo para haver a restituição do imposto pago, acrescido de juros e correção monetária, a partir de cada recolhimento, sob o fundamento de que tais serviços de transportes estariam sujeitos ao imposto federal (ISTR) e não ao municipal (ISS).

Pede-se sua opinião sobre:

- a) A possibilidade de incidência, no caso, do imposto municipal, uma vez que a União não cobra o tributo federal, por força de isenção do ISTR expressamente concedida pelo inciso I do art. 6º do Decreto-Lei nº 1.438, de 26/12/75, aos serviços de “transporte de pessoas quando realizado entre Municípios de uma mesma região metropolitana estabelecida em lei”;
- b) O pedido de juros e correção monetária a partir de cada recolhimento;
- c) A aplicação à espécie, dos arts. 165 ou 166 do Código Tributário Nacional, apontando-se o critério a ser adotado para a verificação da natureza do tributo para os fins ali previstos;
- d) A possibilidade de o interessado requerer judicialmente a restituição sem previamente tê-lo feito à autoridade administrativa.

A resposta a cada um dos quesitos deverá ser justificada, ainda que sucintamente, indicando-se, inclusive, os dispositivos legais e/ou constitucionais em que se fundamentar.

3ª QUESTÃO – VALOR: 20 (vinte) pontos

O locatário de um imóvel urbano, situado na Cidade do Rio de Janeiro, propôs ação ordinária contra o Município, a fim de anular o lançamento de imposto predial (IPTU) e taxas conexas, relativo a tal imóvel, feito em nome do proprietário, alegando que este, como instituição de assistência social, gozaria de imunidade.

Na contestação, o Município argüiu a ilegitimidade ativa “ad causam” do locatário.

O juiz rejeitou a argüição, sob fundamento de que o locatário:

- a) Sendo possuidor do imóvel, é contribuinte do IPTU;
- b) Tendo assumido contratualmente o ônus do imposto, reveste a figura do contribuinte de fato;
- c) Tem interesse econômico na demanda.

No mérito, julgou procedente a ação, por reconhecer a imunidade em favor da instituição locadora.

Queira descrever sucintamente as razões do recurso do Município, justificando-as, inclusive com menção dos textos legais pertinentes.

4ª QUESTÃO – VALOR: 20 (vinte) pontos

A sociedade BETA ENGENHARIA LTDA., estabelecida no Município do Rio de Janeiro, executou serviços de simples reforma interna de 2 (duas) lojas situadas no Município de Petrópolis, ao qual recolheu o imposto sobre serviços.

Posteriormente, a sociedade BETA ENGENHARIA LTDA. sofreu autuação por agente fiscal do Município do Rio de Janeiro, para exigir o pagamento do imposto relativo àquele mesmo serviço, com base na norma da Lei nº 691/84 – art. 8º, inciso xx (Decreto-Lei nº 406/68, item 20 da lista)

Inconformando-se, o contribuinte impugnou a autuação, mas sem sucesso, pelo que a Administração, à falta de pagamento, ajuizou contra ele a correspondente execução fiscal.

Como o local da sede da empresa, seu único estabelecimento, se encontrasse vazio e desocupado, a penhora judicial recaiu sobre o apartamento em que residia seu sócio-gerente, de propriedade deste.

Em face dessa penhora, o sócio-gerente ingressou em juízo com embargos de terceiro, alegando:

a) Não ser ele responsável por dívidas da sociedade, tendo em vista a natureza jurídica desta;

b) Ainda que assim não fosse, não poderia ele ser alcançado pela execução, tendo em vista que o processo de lançamento fora dirigido exclusivamente contra a sociedade, única a figurar como devedora na inscrição do débito em dívida ativa;

c) O imposto havia sido corretamente pago ao Município de Petrópolis, por força do disposto no art. 12, b, do Decreto-Lei nº 406/68.

Sucintamente, exponha sua opinião sobre as alegações do sócio-gerente, fundamentando a resposta, inclusive com menção dos textos legais pertinentes.

#### 5ª QUESTÃO – VALOR: 20 (vinte) pontos

Determinado contribuinte estabelecido deixou de pagar, no vencimento, em dezembro de 1985, certo imposto que incidia sobre sua atividade profissional.

Em abril de 1986, a Administração fez lavrar auto de infração contra esse contribuinte, em que se previa a pena de interdição do estabelecimento, se não houvesse pagamento, no prazo ali marcado, com exigência de multa, juros e correção monetária.

Impugnando a autuação, o contribuinte alegou que:

a) Não poderia ter sido autuado, pois estava amparado por consulta que seu sindicato de classe havia formulado à Administração poucos dias após a data de vencimento do imposto reclamado;

b) Ser incabível a interdição de estabelecimento para forçar o pagamento de tributo;

c) Que lei federal proíbe a cobrança de correção monetária;

À luz do Código Tributário Nacional, expresse sucintamente sua opinião sobre a procedência das alegações do contribuinte.